

## Justiça suspende contrato de R\$ 46 milhões da Sesau por suspeita de irregularidades

*Uma decisão judicial proferida em regime de plantão na noite de sábado (28/2), suspendeu o contrato milionário firmado pela Secretaria de Estado da Saúde (SESAU) com a empresa UNI SOS Emergências Médicas Ltda, que assumiria o serviço de transporte inter-hospitalar.*



(PÁGINA 03)

**IFRO: Professor é investigado por suspeita de aliciamento sexual contra estudante menor**



PÁGINA 07

**Procuradoria Eleitoral move ação de impugnação de mandato contra deputado Rafael Fera**



PÁGINA 03

**Juíza Ana Maria Rosa dos Santos recebe indicação de promoção a desembargadora em decisão unânime do Tribunal Pleno**

PÁGINA 02

**Cultivo do milho fortalece agricultura no Distrito de União Bandeirantes**



PÁGINA 06

**Lei pode garantir spray de pimenta para mulheres em Porto Velho**



PÁGINA 06

**Hospital de Amor Amazônia abre campanha de prevenção do câncer de colo do útero**



PÁGINA 04

# Vereador Edemilson Dourado é denunciado ao Ministério Público por suposto uso irregular de verba parlamentar

O vereador Edemilson Dourado foi denunciado ao Ministério Público do Estado de Rondônia (MP-RO) por suposto uso irregular de verba parlamentar destinada à divulgação de atividade legislativa. A manifestação foi registrada sob o nº 20260225033.

De acordo com a denúncia, o parlamentar teria destinado quase R\$ 5 mil para divulgação de atividade parlamentar no site "Curica News". No entanto, conforme apurado, o portal teria sido criado poucos dias antes de receber o pagamento.

Ainda segundo as informações encaminhadas ao órgão ministerial, o site é considerado desconhecido no meio jornalístico local, sem comprovação de audiência relevante, impactos mensais

significativos ou reconhecimento público na cidade de Porto Velho. A situação levanta suspeitas de que a plataforma possa se tratar, supostamente, de um site de fachada.

No ano passado, a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Velho estabeleceu critérios para a contratação de veículos de comunicação com recursos destinados à divulgação de atividade parlamentar. Entre as exigências estão: CNPJ ativo há pelo menos 12 meses; Sede física comprovada; Linha editorial definida; Comprovação mínima de 50 mil acessos ou impactos mensais; Faturamento compatível com a atividade exercida.

De acordo com a denúncia apresentada ao MP-RO, o site contratado não



*O vereador Edemilson Dourado foi denunciado por suposto uso irregular de verba parlamentar destinada à divulgação de atividade legislativa.*

atenderia aos requisitos estabelecidos pela própria Casa de Leis.

Com o registro da manifestação, caberá ao Ministério Público analisar os documentos e verificar se houve eventual descumprimento das normas administrativas e possível dano ao erário.

## Juíza Ana Maria Rosa dos Santos recebe indicação de promoção a desembargadora em decisão unânime do Tribunal Pleno

A Justiça do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) aprovou por unanimidade, em sessão plenária realizada na sexta-feira (27), a promoção da juíza Ana Maria Rosa dos Santos ao cargo de desembargadora. A indicação foi feita pelo critério de antiguidade e será encaminhada à Presidência da República, conforme prevê a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN). A vaga foi aberta com a aposentadoria do desembargador Osmar João Barneze.

Com 32 anos de atuação na magistratura e titular da Vara do Trabalho de Cacoal, Ana Maria construiu carreira marcada pela dedicação à Justiça do Trabalho na região Norte. A promoção foi destacada como reconhecimento à sua trajetória e à valorização da experiência e da equidade de gênero no âmbito do Tribunal.

Durante a sessão, membros da Corte ressaltaram a importância institucional do momento. O presidente do TRT-14, Ilson Alves Pequeno Junior, afirmou que a ascensão representa maturidade institucional e reforça a pluralidade da Corte. Desembargadores e representan-

tes do Ministério Público do Trabalho também elogiaram a trajetória da magistrada e destacaram o equilíbrio de gênero no Tribunal.

Em seu pronunciamento, Ana Maria agradeceu a confiança e ressaltou que a promoção amplia suas responsabilidades no exercício da magistratura.

A magistrada iniciou sua trajetória no Judiciário como servidora antes de ingressar na magistratura, experiência que, segundo membros da Corte, contribuiu para uma atuação marcada pelo conhecimento técnico e sensibilidade institucional. Ao longo de mais de três décadas, atuou em diferentes comarcas da região, consolidando-se como referência no primeiro grau da Justiça do Trabalho.

A promoção também foi apontada como reflexo do cumprimento das diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quanto à ampliação da participação feminina nos tribunais. Integrantes do colegiado destacaram que a presença de mulheres em cargos de segundo grau fortalece a representatividade e contri-



*A indicação da juíza Ana Maria, titular da Vara do Trabalho de Cacoal, foi feita pelo critério de antiguidade e será encaminhada à Presidência da República, conforme estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN).*

bui para decisões mais plurais e alinhadas à realidade social.

Com a ascensão ao cargo de desembargadora, Ana Maria passará a integrar o Pleno do TRT-14, participando do julgamento de recursos e de matérias administrativas relevantes para a instituição.

A expectativa é que sua experiência acumulada no interior do estado contribua para o aprimoramento das decisões e para o fortalecimento da Justiça do Trabalho em Rondônia e no Acre.

**DIÁRIO RO**  
diarioro.com.br

Empresa Jornalística Voz Regional  
CNPJ: 10.483.593/0001-48

Fundado em 19 de Novembro de 2008

Avenida Campos Sales, 5156 - Eletronorte  
CEP: 76808-458 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo  
(69) 3224-2485  
jornalismo.diarioro@gmail.com

**REDAÇÃO**  
Rua General Osório, 243,  
Centro - Porto Velho - RO

Redação  
diarioderondonia@gmail.com

**Comercial**  
vozregionaladm@gmail.com  
(69) 99396-8937

*Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.*



# Justiça suspende contrato de R\$ 46 milhões de ambulâncias da Sesau com UNI SOS por indícios de graves irregularidades

Uma decisão judicial proferida em regime de plantão na noite de sábado (28) suspendeu o contrato firmado pela Secretaria de Estado da Saúde (SESAU) com a empresa UNI SOS Emergências Médicas Ltda, que assumiria, a partir das 00h01 deste domingo (1º), o serviço de transporte inter-hospitalar no estado. O contrato ultrapassa R\$ 46 milhões anuais.

A liminar foi assinada às 22h08 pela juíza plantonista da 2ª Vara da Fazenda e Saúde Pública de Porto Velho, no Mandado de Segurança nº 7010097-40.2026.8.22.0001. A magistrada determinou a imediata suspensão da execução contratual e dos efeitos da Ordem de Serviço nº 62, além de proibir a SESAU e a empresa de iniciar ou dar continuidade ao serviço até nova decisão judicial. O despacho tem eficácia imediata e foi encaminhado às unidades estaduais de saúde ainda na noite de sábado.

A ação foi proposta pela empresa REM – Rondônia Emergências Médicas Ltda, que apontou supostas irregulari-

dades no procedimento licitatório e na habilitação da UNI SOS. Ao conceder a tutela de urgência, a juíza reconheceu indícios de ilegalidade (*fumus boni iuris*) e risco de dano ao erário (*periculum in mora*), entendendo que a execução imediata poderia causar prejuízos irreversíveis.

Entre os questionamentos estão a regularidade da base operacional da empresa vencedora, a incidência do ISS com alíquota inferior à aplicável, possível omissão de tributos federais na planilha de custos e inconsistências consideradas capazes de comprometer a exequibilidade financeira do contrato. Também foi apontada a ausência de comprovação integral de documentos condicionantes, como alvará de funcionamento e licença sanitária no endereço onde os serviços seriam efetivamente concentrados.

Outro ponto levantado refere-se à assinatura do contrato em um sábado, com início imediato da execução, sem transição operacional adequada entre as



**O contrato, superior a R\$ 46 milhões anuais, estava prestes a entrar em vigor.**

empresas. Segundo consta nos autos, a nova contratada já se encontrava mobilizada nas unidades hospitalares quando a decisão judicial foi comunicada.

Com a suspensão, o processo seguirá para manifestação das autoridades envolvidas e do Ministério Público. Até nova deliberação, o contrato permanece paralisado.

A decisão reforça a necessidade de observância rigorosa às regras editalícias, especialmente em contratos de alto valor e relacionados a serviços essenciais de saúde pública.

## Procuradoria Eleitoral move ação de impugnação de mandato contra deputado



**Procuradoria Regional Eleitoral questiona legitimidade do mandato; processo tramita sob sigilo no TRE-RO**

O deputado federal Rafael Fera (Podemos), empossado no ano passado após a perda de mandato do ex-deputado José Clemente, é alvo de uma Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) proposta pela Procuradoria Regional Eleitoral em Rondônia junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RO). O processo tramita sob sigilo.

Procurado pela reportagem, Rafael Fera confirmou que foi notificado e informou que sua defesa já está adotando as medidas cabíveis. Segundo ele, será interposto agravo contra decisão proferida no âmbito do processo, que tem como relatora a juíza Tais Macedo de Brito, do TRE-RO.

A AIME é uma ação de natureza cí-

vel-constitucional, prevista expressamente no artigo 14, §§ 10 e 11, da Constituição Federal de 1988. O instrumento tem como finalidade preservar a normalidade e a legitimidade das eleições, podendo ser utilizado para impugnar mandatos obtidos mediante abuso de poder econômico, corrupção ou fraude.

Podem propor a AIME partidos políticos, coligações, candidatos e o Ministério Público, de forma isolada ou em conjunto. No caso em análise, a iniciativa partiu da Procuradoria Regional Eleitoral, órgão responsável pela fiscalização do processo eleitoral e pela defesa da ordem jurídica no âmbito da Justiça Eleitoral.

Por tramitar em segredo de Justiça, o teor detalhado das acusações não foi divulgado. Em regra, a AIME deve ser proposta no prazo de até 15 dias contados da diplomação do candidato eleito. Caso julgada procedente, pode resultar na perda do mandato e na convocação do suplente ou realização de novas eleições, a depender da situação concreta.

O caso seguirá sob análise do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Até eventual decisão definitiva, o parlamentar permanece no exercício do mandato.

## Macaco-barrigudo é resgatado em Porto Velho



**Primata da espécie Lagothrix lagotricha, considerada ameaçada, foi entregue à SEMA.**

Um macaco-barrigudo (*Lagothrix lagotricha*), espécie ameaçada de extinção no Brasil, foi resgatado nesta sexta-feira (27) pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema) após ser entregue voluntariamente por moradores da zona rural de Porto Velho. A entrega foi feita para garantir o bem-estar do animal e evitar penalidades legais decorrentes da manutenção irregular de fauna silvestre.

O primata — um mamífero que ocorre naturalmente em áreas de floresta tropical e é importante para a dispersão de sementes — foi recebido pelo órgão ambiental e passa por avaliação técnica para verificar seu estado de saúde e futuras medidas de manejo. A espécie enfrenta risco devido à caça e à destruição de habitat, fatores que têm reduzido seu número na natureza.

De acordo com a Sema, o macaco-barrigudo foi entregue à equipe de resgate por meio de ação voluntária.

# Cultivo do milho fortalece agricultura no Distrito de União Bandeirantes

Antes mesmo das 5 horas da manhã, o silêncio de União Bandeirantes, distrito de Porto Velho, dá lugar à rotina de quem vive da agricultura familiar. Para o produtor rural Ivone Fagundes, o dia começa cedo, com o deslocamento até a lavoura, onde o trabalho pesado é parte essencial da produção.

Em uma área de três alqueires, onde foram plantados 30 quilos de sementes, Ivone mantém uma colheita totalmente manual. A produção chega a cerca de 180 sacos de milho por safra. Diferentemente das grandes lavouras mecanizadas, o trabalho é feito “no braço”, com a ajuda do filho e de vizinhos. Em um único dia, as espigas são quebradas, organizadas em montes e ensacadas, resultado de esforço concentrado e dedicação.

O ciclo produtivo é contínuo. Após a colheita, o solo é preparado com grade e, em aproximadamente 75 dias, uma nova safra está pronta. A propriedade consegue realizar até duas colheitas por ano, respeitando o período de descanso da terra durante o verão para manter a fertilidade do solo.

A produção já tem destino certo. Parte do milho é comercializada na Feira do Produtor e em feiras livres de Porto Velho. Outra parcela atende diretamente pequenos empreendedores conhecidos como “pamunheiros”, que utilizam o milho para a fabricação de pamonhas, bolos e outros derivados. A cadeia produtiva fortalece a economia local, gerando renda tanto no campo quanto na cidade.



**Programas da prefeitura de Porto Velho fomentam agricultura familiar em várias comunidades.**

O escoamento da produção conta com apoio do programa municipal Transporte da Produção Rural, executado pela Prefeitura de Porto Velho, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura (Semagric). A iniciativa auxilia produtores da Linha Primeiro de Maio e regiões vizinhas, garantindo logística para que os alimentos che-

guem ao mercado consumidor.

O prefeito Léo Moraes destaca que o fortalecimento da agricultura familiar é prioridade da gestão. “Nosso compromisso é oferecer suporte ao produtor rural para que ele continue produzindo com dignidade e contribuindo para o desenvolvimento da capital e dos distritos”.

Com quase duas décadas de experiência no programa municipal, Ivone planeja manter a produção ativa, mesmo diante dos desafios climáticos e do trabalho braçal. Para ele, cada safra representa não apenas sustento para a família, mas também desenvolvimento para a comunidade que depende da agricultura local.

# Hospital de Amor Amazônia abre campanha de prevenção do câncer de colo do útero a partir desta segunda

O Hospital de Amor Amazônia dá início nesta segunda-feira (2) à campanha “Março Lilás”, voltada à prevenção do câncer de colo do útero. A ação segue até o dia 31 de março e tem como objetivo conscientizar a população sobre a importância do diagnóstico precoce.

Durante todo o mês, mulheres entre 25 e 64 anos podem comparecer à unidade para realizar o exame de Papanicolaou, também conhecido como preventivo. O atendimento ocorre de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, sem

necessidade de agendamento prévio.

De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA), a estimativa para o triênio 2026-2028 é de 19.310 novos casos por ano da doença no Brasil. A Região Norte apresenta o maior índice do país, com 22,79 casos para cada 100 mil mulheres, quando considerados todos os tipos de tumor, exceto o de pele não melanoma.

A médica ginecologista oncológica do hospital, Dra. Isabela Assunção Velho, reforça a importância da prevenção. “O câncer

de colo do útero é uma doença prevenível. A prevenção começa com a vacinação contra o HPV e continua com a realização periódica do exame preventivo. Na Região Norte, ampliar o acesso à informação, vacina e diagnóstico precoce é essencial para reduzir casos e salvar vidas”, destaca.

Para realizar o exame, a mulher deve comparecer ao Hospital de Amor Amazônia, localizado na BR-364, KM 15 (sentido Candeias), portando RG, CPF, comprovante de residência e cartão do SUS.



**“Março Lilás” oferece exame preventivo gratuito para mulheres de 25 a 64 anos; não é necessário agendamento.**

Caso seja identificada alguma alteração no resultado, a paciente será convocada rapidamente para uma avaliação mais detalhada com a equipe médica da instituição.

Além dos exames, o hospital promoverá palestras educativas

sobre prevenção do câncer de colo uterino, tanto na própria unidade quanto em entidades públicas e privadas. O foco é conscientizar sobre a prevenção primária (vacinação contra o HPV) e a prevenção secundária (realização periódica do exame Papanicolaou).



# Pressão indígena leva governo a rever decreto sobre concessão de hidrovias na região Norte

A mobilização de lideranças indígenas contra o decreto que trata da concessão de hidrovias na região Norte, incluindo a hidrovia do Rio Madeira, em Porto Velho, ganhou repercussão nacional e colocou o governo federal sob pressão. O movimento questiona os impactos ambientais e sociais do projeto, especialmente em áreas próximas a territórios tradicionais.

A estratégia adotada pelos manifestantes chamou atenção pela rapidez e pela capacidade de articulação. Em Belém (PA), indígenas ocuparam a unidade da empresa Car-

gill, responsável por terminal privado utilizado no escoamento de grãos. A ação levou à evacuação temporária de funcionários e ampliou o debate sobre os planos de dragagem e ampliação da navegação em rios da região, utilizados para transporte de soja e milho até portos de exportação.

A dragagem é apontada pelo governo como medida para aumentar a competitividade logística do Norte do país, reduzindo custos e ampliando a capacidade de transporte fluvial. Já os manifestantes alegam que as intervenções podem afetar comunidades

ribeirinhas, territórios indígenas e o equilíbrio ambiental dos rios amazônicos.

Em Porto Velho, onde a hidrovia do Rio Madeira é considerada estratégica para o escoamento da produção agrícola, o tema gerou forte repercussão em redes sociais e grupos de mensagens. Parte da população destacou a organização do movimento indígena e a atuação direta como forma de pressionar decisões governamentais.

Especialistas apontam que o impasse envolve interesses econômicos relevantes, sobretudo do agrone-



**Mobilização em terminal privado no Pará intensifica debate sobre impactos ambientais e econômicos da hidrovia do Rio Madeira.**

gócio, mas também exige cumprimento rigoroso das normas ambientais e da consulta prévia às comunidades tradicionais, conforme prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

O episódio evidencia a capacidade de mobilização política dos povos indígenas e reacende o debate sobre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e respeito aos direitos das comunidades tradicionais na Amazônia.

## MPRO e MPF recomendam que Estado implemente equipes com psicólogos e assistentes sociais na educação

O Ministério Público de Rondônia (MPRO) e o Ministério Público Federal em Rondônia (MPF/RO) emitiram recomendação conjunta ao Estado para que implemente equipes multidisciplinares, com a presença de psicólogos e assistentes sociais para atendimento de instituições de ensino da rede pública estadual.

A medida busca garantir o cumprimento da Lei nº 13.935/2019, que prevê a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica, de modo a ampliar o suporte psicossocial no ambiente escolar. Segundo a norma, os técnicos atuarão em apoio direto aos estudantes, atendendo às necessidades e prioridades das políticas educacionais e contribuindo

diretamente com a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Conforme explicam os MPs na recomendação, o sistema educacional teve o prazo de um ano, a partir da publicação da lei, para garantir o efetivo cumprimento das obrigações previstas na norma.

Para viabilizar a implementação, os Ministérios Públicos endereçaram o documento com pedido de uma série de providências às Secretarias de Estado da Educação (Seduc), de Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog) e à Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas (Segep), bem como ao Conselho Estadual de Educação de Rondônia.

Pedidos – Na recomendação, MPRO e MPF solicitam que os profissionais tenham as atividades voltadas exclusivamente para as atividades escolares, não compartilhando carga horária com o Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

As instituições pedem que o Estado realize, no prazo de 90 dias, estudo técnico/diagnóstico de dimensionamento da necessidade de técnicos, considerando o número de escolas que compõem a rede pública estadual de ensino no Estado e a localidade de cada uma das instituições.

Solicitam que seja indicada a quantidade de estudantes que estão matriculados em cada unidade escolar e



**A medida busca garantir o cumprimento da Lei que prevê a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica.**

a definição de demandas que a Secretaria de Estado da Educação identifica como principais a serem trabalhadas pelas equipes multiprofissionais definidas pela Lei nº 13.935/2019, além da capacidade de atendimento das equipes multiprofissionais.

O estudo e o relatório final conclusivo deverão ser enviados aos MPs no prazo de 90 dias.

Os Ministérios Públicos orientam que, havendo provimento emergencial, tão logo preenchidas as vagas sejam iniciados os trâmites para concurso público, seja assegurada a presença de profissionais da Psicologia e do Serviço social de forma contínua e sistemática, em número suficiente para atender as 18 Superintendências Regionais de Educação de todo o Estado e às escolas sob suas jurisdições.

# Lei pode garantir spray de pimenta para mulheres em Porto Velho



**Projeto foi apresentado na Câmara Municipal e prevê critérios para aquisição.**

O Poder Executivo de Porto Velho encaminhou à Câmara de Vereadores o Projeto de Lei nº 12/02/26, que institui a Política Municipal de Proteção à Mulher e regulamen-

ta o porte de spray de extratos vegetais como instrumento de legítima defesa.

De acordo com a proposta, mulheres a partir dos 16 anos po-

derão adquirir o popular “spray de pimenta” em estabelecimentos comerciais situados na capital. A venda será limitada a duas unidades por CPF. No caso de menores de idade, será obrigatória a apresentação de autorização formal dos responsáveis legais.

Os comércios autorizados a vender o produto deverão manter um cadastro com os dados da compradora, incluindo nome completo, número do documento de identidade e endereço, pelo prazo

de cinco anos, em registro privado.

Segundo o prefeito Léo Moraes, a proposta representa um avanço na proteção da vida e da integridade física das mulheres porto-velhenses, diante dos persistentes índices de violência de gênero registrados na região.

“Trata-se de uma ferramenta de empoderamento e de exercício do direito fundamental à legítima defesa, previsto em nosso ordenamento jurídico. O projeto foi cuidadosa-

mente elaborado para estabelecer critérios claros e seguros para a aquisição e o porte do dispositivo”, destacou o prefeito.

O texto também prevê que o uso do spray fora das hipóteses de legítima defesa poderá acarretar sanções cíveis e criminais, conforme a legislação vigente.

O projeto ainda passará por duas votações no parlamento municipal antes de seguir para eventual sanção do Executivo.

## Mulher é presa com 16 kg de maconha ao desembarcar na rodoviária

Uma jovem de 20 anos foi presa na madrugada deste domingo (1º) ao desembarcar na rodoviária de Porto Velho com 16 quilos de maconha na bagagem. A suspeita foi encaminhada ao Departamento de Flagrantes após ser autuada por tráfico de drogas.

A prisão ocorreu após a Polícia Militar receber denúncia anônima informando que uma passageira estaria transportando

entorpecentes em um ônibus vindo de Guajará-Mirim, município localizado na fronteira com a Bolívia. Diante das informações, a equipe policial realizou monitoramento no terminal rodoviário e abordou a jovem no momento em que ela deixava o coletivo.

Durante a revista, os policiais encontraram os tabletes da droga escondidos dentro de uma mala de viagem. Questionada, a

mulher confessou que receberia R\$ 3.500 para transportar o entorpecente até a zona Leste da capital, onde faria a entrega a terceiros.

A droga foi apreendida e encaminhada para perícia. A jovem foi conduzida ao Departamento de Flagrantes, onde permaneceu à disposição da Justiça. Ela poderá responder pelo crime de tráfico de drogas, cuja pena pode variar



**Suspeita foi levada ao Departamento de Flagrantes após abordagem realizada na madrugada de domingo.**

de 5 a 15 anos de reclusão, além de multa.

A Polícia Militar reforçou que denúncias anônimas podem ser feitas pelos canais oficiais e destacou

que operações de fiscalização em pontos estratégicos, como rodoviárias e áreas de fronteira, seguem intensificadas no combate ao tráfico na região.

## Motociclista de 27 anos morre após perder controle da moto em quebra-molas em Ji-Paraná

Um grave acidente de trânsito registrado na noite deste sábado (28) resultou na morte do jovem Adiel Larson Mendonça, de 27 anos, em Ji-Paraná. A ocorrência foi registrada por volta das 20h, na Rua Dra. Elaine Altafin, principal via do bairro Parque Brasil.

De acordo com informações apuradas no local, o jovem trafegava de motocicleta pela via quando, ao

se aproximar de um quebra-molas em um trecho com pouca iluminação, não teria percebido o redutor de velocidade. Ao passar pelo obstáculo, perdeu o controle da direção, saiu da pista e colidiu violentamente contra o pé de uma lixeira instalada às margens da rua.

Com o forte impacto, a vítima ficou caída ao solo, apresentando ferimentos graves.

Uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) foi acionada e realizou os primeiros socorros ainda no local, encaminhando o motociclista em estado grave ao Pronto Socorro do Hospital Municipal.

Segundo informações médicas, Adiel apresentava lesão na região do tórax e havia suspeita de hemorragia interna. Apesar dos



**Adiel apresentava lesão na região do tórax e havia suspeita de hemorragia interna.**

esforços das equipes de saúde, ele não resistiu aos ferimentos e

morreu durante a madrugada deste domingo (1º).



# IFRO: Professor é investigado por suspeita de aliciamento sexual contra estudante menor em Porto Velho



**O caso envolve suspeitas graves de aliciamento sexual e também de influência ideológica contra uma estudante do ensino médio do Instituto Federal de Rondônia (IFRO-CALAMA).**

Um professor de 28 anos passou a ser investigado pela Polícia Civil de Rondônia após denúncia registrada na Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), em Porto Velho. O caso envolve suspeita de aliciamento sexual contra uma estudante do ensino médio do IFRO – Campus Calama.

Segundo o boletim de ocorrência, o contato teria começado em julho de 2025, quando

a adolescente tinha 15 anos. A denúncia aponta que o vínculo ultrapassou a relação pedagógica, com encontros dentro da escola e fora do ambiente escolar. A jovem relatou que, em uma das ocasiões, teria pedido para interromper a situação, mas não foi atendida.

Após o registro, a estudante foi encaminhada ao Instituto Médico Legal (IML) e passou por escuta especializada. A instituição instaurou processo

administrativo e determinou o afastamento cautelar do docente, proibindo sua entrada nas dependências do campus.

Em nota, o IFRO informou que adotou medidas imediatas, encaminhou o caso à Corregedoria e afirmou que a apuração seguirá pela Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, com prazo de até 60 dias para conclusão. O professor não se manifestou até o momento. A investigação segue sob responsabilidade da

Polícia Civil.

A família da estudante afirma que procurou as autoridades após tomar conhecimento dos relatos e decidiu formalizar a denúncia para que o caso fosse apurado de forma oficial. Há ainda informações de que outras possíveis situações semelhantes poderão ser investigadas, caso surjam novos relatos.

A Polícia Civil informou que o inquérito está em fase inicial e que diligências serão realizadas para escla-

recer os fatos e apurar eventuais responsabilidades. O caso corre sob sigilo para preservar a identidade da adolescente e garantir a integridade das investigações.

As autoridades destacam que denúncias envolvendo crianças e adolescentes devem ser comunicadas imediatamente aos órgãos competentes, garantindo proteção às vítimas e a devida apuração dos fatos, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).



## GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA Departamento Estadual de Trânsito



### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90039/2025/DETRAN/RO COTA EXCLUSIVA DE ATÉ 25% PARA ME E EPP, AMPLA CONCORRÊNCIA E EXCLUSIVO MICROEMPRESAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP

O Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia – DETRAN/RO, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público que se encontra autorizada a Licitação, sob a modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o N.º 90039/2025/DETRAN/RO, COTA EXCLUSIVA DE ATÉ 25% PARA ME E EPP, AMPLA CONCORRÊNCIA E EXCLUSIVO MICROEMPRESAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP modo de disputa “ABERTO”, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, conforme descrito neste Edital e seus ANEXOS, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual 28.874/2024 e demais legislações vigentes pertinentes ao objeto e demais exigências deste Edital para atender ao DETRAN/RO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0010.011531/2025-75

OBJETO: Aquisição de Material de Consumo e Permanentes, sendo Material de Consumo (simulador de Pele Humana Com Queimaduras, Kit de Ataduras e esparadrapo, Kit de primeiros socorros, KIT Tórqueto, Kit emergência de transporte de produtos perigosos, Kit de placas de identificação de produtos perigosos, Multímetro Digital, Chave De Roda, Kit Obra conjunto de EPI, Kit de Educação no Trânsito e flashcards de Placas, Óculos simuladores dos efeitos do uso de Droga, Álcool, Sono, Óculos de realidade virtual, Assento de elevação e Cadeira infantil para automóvel, Extintor de Incêndio), Material Permanente: Manequim (tórax) e de bebê para simulação em RCP, Macaco Hidráulico, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência.

Valor Estimado da Contratação (Global): R\$ 689.211,53 (seiscentos e oitenta e nove mil duzentos e onze reais e cinquenta e três centavos)

DATA DE ABERTURA: 17/03/2026, às 10h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)

UASG: 926002.

O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado, e, ainda, no site [www.detrان.ro.gov.br](http://www.detrان.ro.gov.br).

Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro e equipe de apoio, no Departamento Estadual de Trânsito, sito à Rua Dr. José Adelino, 4477 – Costa e Silva, em Porto Velho/RO – CEP: 76.803-592.

Porto Velho/RO, 02 de março de 2026.

**Fábio José de Oliveira Monteiro**  
Pregoeiro  
DETRAN-RO



## ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE - RO

### AVISO DE SUSPENSÃO Pregão Eletrônico nº 07/2026

A Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste torna público aos interessados e a quem possa interessar a SUSPENSÃO, por prazo indeterminado, da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 07/2026. Tipo: Menor Valor Global. Processo Administrativo nº 2329/2025. Objeto: Contratação De Empresa Especializada Na Prestação De Serviços De Engenharia Clínica, Incluindo Serviço De Gerenciamento De Equipamentos, Manutenção Corretiva, Preventiva, Preditiva E Calibração, Com Reposição De Peças E Acessórios, Para Atendimento Das Unidades De Saúde, conforme Termo de Referência (Anexo I do Edital). A suspensão do certame visa assegurar a devida adequação do edital, em razão da identificação de inconsistências constatadas após a apresentação de pedido de esclarecimento. Tão logo concluído o exame, nova data para a sessão pública será divulgada por meio dos mesmos canais utilizados anteriormente, assegurando a transparência e a igualdade de condições entre os licitantes.

Ouro Preto do Oeste/RO, 02 de março de 2026.

Fernanda Batista Lima Pavaneli  
Pregoeira – Decreto nº 17.917/2024

## Jipa faz 9 a 0 no União Cacoalense, mantém liderança e segue sem sofrer gols no Rondoniense

O Ji-Paraná confirmou a excelente fase no Campeonato Rondoniense 2026 ao aplicar uma goleada histórica na tarde deste domingo (1º). Pela 13ª rodada da competição, o Galo da BR foi até o Estádio Cassolão, em Rolim de Moura, e venceu o União Cacoalense por um placar elástico de 9 a 0, em uma das maiores vitórias já registradas nesta edição do estadual.

Com o resultado, o Ji-Paraná chegou aos 25 pontos e manteve a liderança isolada da competição, consolidando a melhor campanha até o momento. O União Cacoalense, por outro lado, per-

manece na lanterna, com apenas um ponto conquistado, e vê a situação se complicar na reta decisiva da primeira fase.

A atuação dominante começou ainda no primeiro tempo, com o Ji-Paraná impondo forte ritmo ofensivo, controle de posse de bola e pressão constante no campo adversário.

A equipe mostrou eficiência nas finalizações e aproveitou falhas defensivas do adversário para construir o placar com tranquilidade. No segundo tempo, manteve a intensidade e ampliou a vantagem, sem

dar chances de reação.

Os números do Galo da BR impressionam. Em nove jogos disputados, são oito vitórias e um empate, mantendo a invencibilidade no campeonato. Além de ostentar o melhor ataque, com 19 gols marcados, o time também possui a melhor defesa: ainda não sofreu nenhum gol na competição, feito que reforça o equilíbrio entre os setores ofensivo e defensivo.

O desempenho consistente coloca o Ji-Paraná como principal candidato ao título estadual, além de fortalecer a confiança do elenco e da comi-



**Invicto e com melhor ataque da competição, time de Ji-Paraná domina fora de casa e segue embalado no estadual.**

são técnica na sequência do campeonato. A equipe volta a campo nesta quarta-feira (4), quando enfrenta o Gazin Porto Velho no Estádio Aluizio Ferreira, o Aluizão, na capital, às 20h, em confronto direto que pode ampliar ainda mais a vantagem na tabela.

Já o União Cacoalense retorna aos gramados no dia 11 de março, também diante do Gazin Porto Velho, em Porto Velho. A equipe busca reação urgente para tentar sair da última colocação e evitar um desfecho negativo na competição.

## Guajará-Mirim recebe primeira etapa do Campeonato Regional Norte de Motocross



**Evento abre calendário de competições de 2026 em Rondônia e percorrerá todo estado em três etapas diferentes.**

Guajará-Mirim abriu oficialmente a temporada 2026 do motocross rondoniense com a 1ª etapa do Regional Norte, realizada nos dias 28 de fevereiro e 1º de março. A competição integra o calendário da Liga Independente de Motocross de Rondônia

(LIMERO), que prevê 28 etapas ao longo do ano, entre os campeonatos Regional Norte, Regional Sul e estadual.

O evento reuniu pilotos de diversas cidades e atraiu grande público, movimentando hotéis, restaurantes e

o comércio local. As categorias contemplaram desde a base até as principais divisões, incluindo participação feminina e atletas veteranos.

Entre os destaques esteve Erick Magalhães, de 11 anos, tricampeão na 50cc e campeão na 55cc, que iniciou a temporada com foco em novos títulos e na disputa do Campeonato Brasileiro e Arena Cross. Também chamaram atenção nomes como Vitor Mota, campeão do Regional Norte 2025, e a jovem Luiza Andreolli, promessa do motocross feminino.

A etapa contou

com apoio da deputada estadual Dra. Taíssa (Podemos), que destinou emenda parlamentar para a estrutura do evento. Segundo a organização, a temporada foi planejada para fortalecer o esporte no estado e ampliar a participação de novos talentos.

Após a abertura em Guajará-Mirim, o Regional Norte segue com etapas previstas em municípios como Candeias do Jamari, Nova Mamoré, Itapua do Oeste e Campo Novo de Rondônia. O campeonato estadual terá provas em cidades como Cacoal, Jaru, Ji-Paraná e Porto Velho, enquanto o Regional Sul começa em abril,

em São Domingos. Além do caráter esportivo, a abertura da temporada reforçou o papel do motocross como ferramenta de integração regional e incentivo à prática esportiva entre crianças e jovens.

A expectativa da organização é que o calendário de 2026 consolide o crescimento da modalidade em Rondônia, ampliando o número de competidores, patrocinadores e municípios envolvidos nas próximas etapas.

